

Comentários e Notícias

A RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Fator da independência econômica do país

A orientação determinada pelo sr. dr. Ademar de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo, para os trabalhos a serem desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, — confiada ao sr. dr. Mariano Wendel, — traduz um esforço ingente no sentido de realizar a contribuição daquele grande Estado à obra de reconstrução nacional, em obediência aos imperativos ditados pelo Exm.^o Sr. Dr. Getúlio Vargas, ao implantar, com a Reforma de novembro, o Estado Novo no Brasil.

No amplo setor em que desenvolve sua atividade a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, situam-se todos os problemas que dizem respeito à produção em geral. Ao Estado incumbe criar fontes de produção de riqueza, estimular as existentes e melhorá-las com assistência técnica, para atingir a libertação da economia nacional das influências estranhas que impedem a restituição do Brasil à posse de si mesmo.

Mas, para que esse programa seja cumprido, é necessário que a produção repouse em bases científicas. Impõe-se o estudo do meio e o perfeito conhecimento de suas fontes de riqueza e de seu real valor. O solo, o sub-solo, a flora e a fauna são o campo de trabalho dos cientistas, que se empenharão em desvendar-lhes os segredos e indicarão onde deve ser buscada a matéria prima a ser transformada, para o assentamento das indústrias em bases sólidas e legítimas, asseguradas pela racional circulação dos produtos.

Na simplicidade desse programa reside a coordenação da produção e é esse o objetivo da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, a serviço do ideal da independência econômica, técnica, científica e intelectual do Brasil.

Onde buscar, entretanto, os cientistas necessários ao cumprimento de tão elevado programa, senão na juventude estudiosa do país, que, na pesquisa silenciosa dos laboratórios, no trabalho paciente dos campos experimentais, no contato direto com o produtor, realiza um esforço admirável, que cumpre seja amparado, no sentido de proclamar a independência do País?

Foi por isso — como base primeira de seu programa, superiormente traçado pelo sr. dr. Ademar de Barros, — que a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, principiando pela base, instituiu a obrigatoriedade do estágio para o provimento dos cargos iniciais, técnicos ou científicos, dos serviços a ela subordinados.

Atendeu, assim, o Governo do Estado de São Paulo à imperiosa necessidade da rápida formação de equipes de técnicos e cientistas, exigida pelo momento econômico e pelo fortalecimento da produção. E, ao instituir o regime de aprendizagem nos estágios, reconheceu que atendia, pela melhor maneira, àquela necessidade, relacionada com os próprios interesses da defesa nacional.

A obrigatoriedade do estágio foi instituída pelo decreto n. 9.717, de 9 de novembro de 1938, e teve, como outros atos da mesma data, publicados

a 10 de novembro, a significação de comemoração do primeiro aniversário da Reforma Nacional.

Aberto aos diplomados pelas escolas superiores, o estágio pode ser efetuado nos seguintes estabelecimentos do Estado: Instituto Agrônomo, Instituto Biológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, Escola Politécnica de São Paulo, Faculdade de Ciências e Letras Instituto Geográfico e Geológico, além de outros em que se tornar necessário ou conveniente.

A duração do estágio é de um ano no mínimo e, no máximo, de dois; durante o tempo de sua especialização, o estagiário perceberá a gratificação mensal de um conto e duzentos mil réis.

Os estagiários que concluírem sua especialização com real aproveitamento e houverem de-

monstrado boa capacidade para o exercício de cargo público, poderão ser nomeados para cargos técnicos iniciais da Secretaria da Agricultura, da mesma especialidade do estágio efetuado. Os estagiários que se revelarem pela sua capacidade, inteligência e amor à ciência, poderão ser enviados ao estrangeiro, para fim de aperfeiçoamento.

Em pleno vigor o regime de estágio, já se vai procedendo à seleção dos verdadeiros valores e à tão necessária especialização. A aplicação dos dispositivos do decreto n. 9.717 formará em breve uma plêiade de jovens estudiosos que, animados do espírito de investigação científica, estarão a serviço do País, concorrendo, confiantes nos altos destinos da nacionalidade, para a obra de redenção do Brasil.

Exposição Nacional do Estado Novo

Oito anos são apenas um momento na vida de uma nação. Mas quando, como no caso do Brasil, esses oito anos representam um ciclo da nossa vida política, em cujo desenvolvimento sucessivas transformações se operaram, modificando radicalmente todos os setores da vida nacional, desde a economia aos costumes, desde a educação ao aparelhamento técnico-militar, então o período de oito anos representa algo ponderável e digno de conhecimento.

Buscando realizar uma síntese da vida brasileira nesses oito anos, o governo organizou a Exposição Nacional do Estado Novo. Essa Exposição, orientada por forte tendência unionista, excluiu as particularidades estaduais e as diferenças regionais, preocupando-se apenas em mostrar, a largos traços, os aspectos essenciais da transformação por que vem passando o país. Através de gráficos de fácil leitura, de abundante documentação fotográfica, de eloquentes e simples demonstrações, a Exposição colocou ao alcance do homem da rua a síntese de um período de realizações e de esforços. A Exposição Nacional do Estado Novo foi, nesse sentido, um verdadeiro balanço das condições e possibilidades

da União. A atividade de cada departamento do Estado figurou ali como uma prestação de contas feita ao povo, do trabalho de um governo. Prolongando-se além da sua própria significação imediata, o material exposto adquire significação mais alta, qual a de tornar conhecido e sentido pelas massas o trabalho de um governo que, surgindo de uma revolução, e dispondo, em cinco anos de duração, de poderes excepcionais, adquira por isso mesmo compromissos ainda mais graves com a nação. De como soube ele desobrigar-se, ao mesmo tempo que contratava com o país um novo pacto de prestação de serviços, é prova a Exposição Nacional do Estado Novo.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Examinemos, por exemplo, o que tem feito o atual Governo no que toca aos serviços do Ministério da Viação e Obras Públicas, que enfeixa em suas atribuições encargos da maior relevância para o desenvolvimento nacional.

Além das reformas portuárias, cujos novos sistemas trouxeram incalculáveis benefícios ao erário público, bastando comparar a receita bruta